A polêmica sobre o diploma de jornalismo nos anos 1980[1]

Fernanda Lima LOPES[2]
Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

Tomando como fio condutor a polêmica sobre obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício dessa profissão no Brasil, este trabalho procura analisar o debate com esse teor durante os anos 1980, demonstrando que esse foi um momento chave para a identificação de opiniões polarizadas sobre o assunto. Para fazer isso, o artigo recupera, em fontes da época, vozes de atores sociais preocupados com a questão da formação acadêmica. As reflexões levam em conta o contexto de redemocratização do país, coincidente com um momento de modernização da imprensa.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; diploma; identidade.

INTRODUÇÃO

Tomando como fio condutor a polêmica sobre obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício dessa profissão no Brasil, este trabalho procura analisar nuances do debate com esse teor durante os anos 1980, momento-chave para a identificação de opiniões polarizadas sobre o assunto. Durante 40 anos, compreendidos entre 1969 e 2009, a lei brasileira obrigou que a atividade jornalística só fosse exercida por pessoas com o curso superior nessa área (exceções e ajustes também foram previstos em lei, especialmente no momento de transição).

Antes da instituição de tal exigência e mesmo no período de vigor dessa norma, vale destacar que a questão nunca foi um ponto pacífico para o grupo dos jornalistas. Favoráveis e contrários à obrigatoriedade apresentaram diferentes argumentos para defender ou atacar a exigência de diploma. Nos parágrafos a seguir, estão delineados os caminhos para uma determinada conformação de dois lados antagônicos: o jornalistas patrões *versus* os jornalistas trabalhadores. Esses dois subgrupos estiveram em posições opostas na ação judicial cujo desenrolar ocupou boa parte da primeira década do século XXI, e que culminou, em 2009, com o fim da obrigatoriedade do diploma de jornalista.

[1] Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2] Doutora e Mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela UFMG.

Materializados na estrutura dual do processo judicial, os polos da disputa estavam assim organizados: o lado contrário à obrigatoriedade foi o dos que moveram a ação: empresários de comunicação, representados pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (Sertesp). Já o lado favorável à exigência do diploma foi encabeçado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que reúne sindicatos de jornalistas de todo o Brasil e que foi, junto com a União, ré desse processo.

Ao falar de polarização quando me refiro ao debate do século XXI, obviamente não estou negligenciando o contexto mais amplo nem excluindo as inúmeras outras vozes de atores sociais que também se envolveram nas discussões. O que pretendo salientar é que a disputa jurídica institucionalizou um antagonismo entre patrões e empregados a respeito da questão. Embora essa polarização possa parecer evidente e natural para algumas pessoas, não é adequado tomar o antagonismo de classe como se ele fosse ontologicamente capaz de justificar a totalidade das divergências de posições e opiniões sobre qualquer tópico. Como se discutirá a seguir, a separação "patrões-contra-diploma" e "sindicatos-a-favor" tem na década de 1980 seu momento chave de configuração, que se dá, sobretudo, no plano discursivo, altamente marcado pela retórica classista.

PLURALIDADE DE OPINIÕES

Antes da década de 1980, que é um período marcado pela efervescência política dos trabalhadores no Brasil, havia uma variedade de opiniões e posições sobre a obrigatoriedade do diploma entre os diferentes atores do campo jornalístico, conforme aponta Marco Roxo da Silva (2007). Tendo investigado depoimentos e textos dessa época, o pesquisador demonstra que não era possível considerar, num primeiro momento, a presença de polos bem definidos nas discussões sobre diploma. Verificava-se, por exemplo, tanto presidentes de sindicatos de jornalistas contrários à exigência do diploma quanto jornalistas da direção de veículos de comunicação defendendo a formação universitária obrigatória. Havia também posicionamentos indefinidos, como o da Associação Nacional dos Jornais (ANJ), uma entidade patronal que chegou a participar ativamente de uma comissão para discutir a qualidade do ensino nos cursos superiores. A multiplicidade de opiniões sobre o diploma aparece nos variados pontos de vista que Marco Roxo da Silva (2007) recolhe e analisa em meio a discussões provenientes da década de 1970 em torno dos modelos pedagógicos e epistemológicos dos currículos mínimos e também sobre a questão da obrigatoriedade do estágio. Ali o assunto diploma emerge eventualmente, mas não é foco da argumentação,

diferente do que ocorre em debates pontuais, como o de 1969, surgido logo após a promulgação da lei 972; ou como o do século XXI, motivado pela ação da justiça que destituiu, em 2009, a obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo. Em outros momentos, os temas debatidos pelas entidades de classe, no ambiente acadêmico, nas instâncias de poder do estado, no seio das empresas e do mercado de trabalho alternam-se: eles aparecem, desaparecem, são silenciados, são esquecidos, são lembrados, crescem ou diminuem em importância. Assim, nem sempre a questão do diploma esteve necessariamente em ebulição, o que não significa que os atores sociais estivessem totalmente inertes em relação a ela.

De qualquer forma, as arestas do antagonismo "patrões-contra-diploma" versus "sindicatos-a-favor" só foram efetivamente aparadas em um contexto de debate avivado. Cabe, então, perguntar em primeiro lugar: o que terá servido para acender a chama da discussão nos anos 1980? Foram encontradas diferentes respostas para essa pergunta, apontando motivos diversos como possíveis gatilhos para o assunto ter sido novamente disparado. É que se verá a seguir.

3 HIPÓTESES PARA A EBULIÇÃO DA POLÊMICA: SILVA, SILVA E DINES

O pesquisador Marco Roxo da Silva (2007) argumenta que a situação que reencaminhou a problemática do diploma para a prioridade da cena está relacionada aos movimentos preparatórios para a elaboração de uma nova Constituição para o país, em virtude da redemocratização. Em 1986, a convite de Tancredo Neves (sic[3]), uma comissão composta por cinquenta personalidades do cenário público brasileiro colaborou na produção de um anteprojeto para a futura Assembleia Constituinte. Entre elas, estava o jornalista Mauro Santayana, o qual, segundo Silva, apresentou uma proposta que serviu de fagulha para reacender a questão:

> No fim de fevereiro, Santayana antecipou, em entrevista não publicada à *Folha de S. Paulo,* sua sugestão para a Comissão incluir no rol de artigos importantes para a confecção da Nova Carta Constitucional, um parágrafo excluindo qualquer tipo de exigência para o exercício de profissões ligadas a arte e a cultura, entre elas, o jornalismo[4]. A notícia da boa receptividade dos integrantes da

[3] Embora Tancredo Neves fosse firme apoiador da Constituinte, a convocação foi oficialmente assinada por José Sarney, que tomara posse como presidente em virtude da morte de Tancredo. Por ordem do decreto 91.450 de 18 de julho de 1985, a comissão deveria iniciar seus trabalhos em 20 de agosto daquele ano.

[4] A *Folha de S. Paulo*(20 de fevereiro de 1986, p.6), não publicou a entrevista, mas mencionou o teor da mesma, ressaltando a revelação de que Comissão discutia internamente a possibilidade de se rever a exigência de diploma para atividades intelectuais como o jornalismo na Assembleia Constituinte. (SILVA, 2007, p.157)

> Comissão em relação a esta proposição deu visibilidade à questão do diploma de jornalista e desencadeou a chamada "guerra" em torno da manutenção ou fim de sua obrigatoriedade (SILVA, 2007, p. 157).

Já Carlos Eduardo Lins da Silva (2005), dá a entender que existiram outras razões mais imediatas para o reavivamento da discussão sobre o diploma. Em seu livro sobre os "mil dias" (entre 1984 e 1987) de implantação do Projeto Folha no jornal *Folha de S. Paulo*, relata que desde a greve de jornalistas de 1979, ocorrida em São Paulo, as relações entre a direção daquele periódico e o Sindicato de Jornalistas Profissionais de São Paulo foram ficando cada vez mais tensas. A retomada da temática da obrigatoriedade do curso superior emergiu justamente desse ambiente belicoso entre ambos. Isso deveu-se a uma sequência de fatores encadeados, a começar pela greve, fato consonante com as movimentações políticas da época.

Muitas outras greves e pressões sociais marcam o final da década de 1970 no contexto paulista. O sindicalismo crescia em número e em visibilidade, um partido trabalhista começava a nascer, líderes operários ganhavam prestígio e a organização política das classes trabalhadoras daquela região ganhava mais consistência, contribuindo não só para evidenciar a distância ideológica entre patrões e empregados como também para promover ações práticas – como as greves – contra o patronato.

Em relação à *Folha de S. Paulo*, após o período de indisposições relativas a esse período de greve, o jornal passou por um outro momento turbulento também na década de 80: a implantação de reformas editoriais, redacionais e administrativas preconizadas no Projeto Folha, uma iniciativa da direção da empresa. Lins da Silva (2005) conta que 27 jornalistas que não quiseram ou não conseguiram se submeter às mudanças foram demitidos, o que obviamente provocou reações do sindicato. Uma delas foi se unir ao abaixo assinado entregue, em fevereiro de 1985, pelos jornalistas à direção do jornal contra o Projeto (Lins da Silva reconhece que houve resistências significativas à implantação do mesmo, tanto que ocorreram as demissões). Em setembro desse mesmo ano, a *Folha* publicou denúncias de duplo emprego de jornalistas, que trabalhavam em veículos de comunicação e órgãos governamentais, o que, segundo Lins da Silva (2005, p.202), caiu "como uma bomba sobre a categoria". Em resposta, o sindicato "denunciou à Delegacia Regional do Trabalho o diretor de Redação da *Folha* [Octávio Frias Filho] por exercício ilegal da profissão" (SILVA, 2005, p.203). De fato ele não possuía diploma de jornalista, porém tinha registro de provisionado. Reagindo, Frias proibiu o sindicato de entrar na

Redação para dar recados verbais coletivos. Daí em diante, os informes deveriam ficar apenas em quadros de aviso. E, por fim, a esse incidente seguiram uma série de reportagens, adentrando o ano de 1986, sobre o tema da obrigatoriedade do diploma.

Considera-se que essa sequência de fatos relatados por Lins da Silva (2005) são como batalhas de uma guerra particular que acabou trazendo, naquele momento, a questão do diploma à tona, encaminhando-a, pelo menos em São Paulo, para uma configuração polarizada:

> (...) a história do projeto nos seus três primeiros anos está fortemente influenciada no campo das questões profissionais pelos frequentes confrontos entre a direção da Redação do jornal e a direção do sindicato da categoria em São Paulo, os quais acabaram se polarizando ideologicamente em torno da questão do diploma. (SILVA, 2005, p.200)

Um texto de 1986, escrito por Alberto Dines, também dá suas indicações sobre os motivos que configuraram o debate na década de 1980. Ele credita a Mauro Santayana o papel de gatilho da discussão.

> Tudo começou quando a douta Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida pelo eminente Afonso Arinos de Mello Franco, através de seu Secretário Executivo, o competente Mauro Santayana, fez saber à *Folha* que entre suas propostas para a futura Carta Magna constava a extinção da obrigatoriedade do diploma de jornalista. Aparentemente tratava-se de um golpe de relações públicas, pois a Comissão desde os seus primórdios fora alvo de azedas críticas do jornal, sua legitimidade sempre questionada. De repente, a Comissão e o próprio Secretário Executivo (que também não estivera nas boas graças do jornal em virtude de seu apoio a Tancredo Neves, sendo, por isso, afastado), passaram a merecer do jornal maior respeito e estímulo. Foi o gatilho que a *Folha* há tempos aguardava para acionar suas juvenis e fogosas baterias contra o diploma, já que o alto comando do jornal, em sua maioria, está em situação irregular sob o ponto de vista trabalhista. (DINES, 1986, p. 121)

Nessa fala, é possível notar que não só Dines não ignorava a existência do tensionamento pormenorizado no relato de Silva (2005) a respeito da Folha como também ele próprio encampa o discurso acusatório das entidades de classe contra aquele jornal paulista. O ônus de motivo imediato do retorno da crise do diploma, recai, no entanto, sobre a proposta apresentada na Comissão Constituinte.

Na busca da elucidação do(s) motivo(s) para a emergência das discussões mais sistemáticas sobre a exigência de curso superior específico para o exercício do jornalismo

nos anos 80 foram encontradas com maior frequência as abordagens que tratam da Constituinte e do contexto de São Paulo, enfatizando principalmente a posição dos diretores da *Folha*. Entretanto, uma breve pesquisa junto às edições do *Boletim ABI* publicadas entre os anos de 1984 e 1988[5] apontou para outros pontos de partida, além de mostrar outras nuances para o debate no contexto da imprensa do Rio de Janeiro.

A capa da edição de março/abril de 1986 trouxe a manchete "Jornalista: um título ameaçado", seguida da seguinte chamada:

> Com a recente reunião da SIP [Sociedade Interamericana de Imprensa], em Salvador, voltou a ser defendida a ideia de que o exercício do jornalismo deve ser aberto a qualquer pessoa, dispensando-se a formação profissional específica obtida hoje em quatro anos de estudo universitário. Seria assim, o fim de uma profissão. Para Barbosa Lima Sobrinho [presidente da ABI], a tese é uma iniqüidade. (*Boletim ABI*, mar/abr 1986, p.1)

Além de enfatizar que o retorno da discussão nesse contexto tivera raízes nessa entidade internacional, o *Boletim ABI* também abriga textos que apontam que a posição da SIP foi adotada por parte dos empresários de comunicação brasileiros. Nilson Lage escreve isso no artigo publicado na página 9 da edição de julho/agosto, comentando, ainda, o papel da *Folha de S. Paulo* como principal motor da campanha contra o diploma no Brasil. Na página 6, o então presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, José Carlos Monteiro, também menciona a SIP, classificando-a como entidade meramente patronal.

A Associação Brasileira de Imprensa, principalmente na figura de seu presidente Barbosa Lima Sobrinho, fez questão de deixar clara sua opinião favorável à obrigatoriedade do diploma, porém, apesar do teor de alguns textos, não assumiu uma posição estritamente acusatória contra o patronato. Pelo contrário: caracterizada por atuações simultâneas e híbridas junto a empresários de comunicação, jornalistas sindicalizados ou não, a ABI procurou ajuntar quem compartilhasse de sua posição em todas as frentes. Exemplo disso foi a notícia "Empresas ajudam a melhorar o ensino de jornalismo" (*Boletim ABI* set/out 1986, p. 6), que informou sobre uma iniciativa da Associação Nacional de Jornais em oferecer um curso de especialização para professores de jornalismo. A matéria não chega a

[5] O tema do diploma aparece em nove das 30 edições pesquisadas. Não há nenhuma ocorrência do assunto em 1984 e 1985. O primeiro texto sobre isso vem na edição de mar/abr de 1986. Depois aparece em mai/jun (com grande destaque, ocupando oito páginas, além da capa), jul/ago, set/out. É tratado duas vezes no ano de 1987, nas edições de jul/ago (apenas breve menção, sem muito destaque) e set/out. Em 1988, três ocorrências: edições de mar/abr, mai/jun, nov/dez. Um quadro contendo a enumeração de assuntos principais de cada edição pode ser encontrado nos anexos deste texto.

expor a opinião da ANJ[6], dos empresários ou das empresas sobre a exigência do diploma (o texto menciona nominalmente os jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Dia*, *Jornal dos Sports*, *O Fluminense*, *Jornal do Commercio*, além de citar Nascimento Brito, presidente da ANJ e diretor de Redação do *JB*). Contudo, a interpretação que prevalece é a de que o empresariado era a favor do ensino de qualidade, além disso, o título e a omissão de alguns dados orientam o entendimento de que inexistiam objeções à obrigatoriedade do diploma. A sensação se reforça pela hierarquização da informação na página promovida pelas escolhas da diagramação, que posicionou esse texto na parte inferior da página, logo abaixo da notícia "Manifestações em defesa do diploma na data da imprensa", a qual relata o apoio da ABI, da UNE e de escolas de jornalismo a um ato público em frente à Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo, mobilizado por José Marques de Melo, então presidente da Comissão Nacional de Luta pela Melhoria do Ensino de Jornalismo.

ALÉM DO GATILHO, O COMBUSTÍVEL PARA A FORMAÇÃO DO DEBATE

Mais importante do que determinar com exatidão a "primeira" fagulha que fez o tema da obrigatoriedade do diploma entrar em ebulição na década de 80, é perceber que a fervura se sustentou, porque havia lenha na fogueira. O combustível veio de diversas fontes e essas se retroalimentavam, em conexão umas com as outras. Não é difícil imaginar que nas redações dos jornais, nas entidades de classe, nos organismos nacionais e internacionais de representação coletiva dos jornalistas, na própria comissão de estudos para a Constituinte circulavam atores sociais pertencentes a vários espaços simbólicos simultaneamente e que levavam, traziam, produziam, reproduziam os discursos e sentidos compartilhados em cada um desses lugares. Com certeza as reportagens da *Folha* repercutiam entre os membros encarregados de preparar o texto da nova Constituinte, assim como os trabalhos dessa Comissão pautavam a cobertura política enquanto seus membros serviam de fonte para diversas matérias jornalística. Nessa dinâmica, atores e discursos funcionavam tanto como catalisadores quanto reprodutores do debates sobre a obrigatoriedade do diploma.

É justamente em meio a esse conjunto de fenômenos que se observa a formação dos polos dos contrários e dos favoráveis à exigência, ilustrados pelos patrões e pelos

[6] Segundo Marco Roxo da Silva (2007), até 1987 não há uma posição pública da ANJ sobre o diploma. Isso é concretizado naquele ano tanto num seminário realizado pela SIP no Chile quanto no 6º Congresso Brasileiro de Jornais do Interior, em Gramado no Rio Grande Sul: "[aí] é que encontramos um posicionamento concreto da entidade em relação ao tema, com José Antônio Nascimento Brito afirmando que 'a ANJ trabalhará para livrar o jornalismo da obrigatoriedade do diploma' (...)" (*Jornal ANJ*, nº 12, dezembro de 1987 apud SILVA, 2007, p.177)

trabalhadores, respectivamente. Mas é bom que se reforce que as sementes para a configuração desse debate nesses moldes já estavam lançadas desde o passado e vinham sendo cultivadas no crescente movimento de separação entre os jornalistas e os detentores dos meios de comunicação. Em certa medida, é possível considerar a existência de um processo de proletarização paralelamente à profissionalização jornalística. Como visto, as lutas sindicais foram se tornando cada vez mais dinâmicas no final da ditadura e no início do período de redemocratização; as greves de vários setores de trabalhadores do ABC paulista no final dos anos 1970 foram, possivelmente, o mais movimento mais emblemático desse processo.

Como visto, a categoria dos jornalistas também enfrentou uma greve naquela época (1979), enfatizando, basicamente, a reivindicações em torno de salários e condições de trabalho, o que coincidia com a tendência operária e de esquerda de acusação dos patrões como exploradores. Segundo Silva (2007), os empresários ligados aos meios de comunicação ficaram estremecidos com o grau de adesão ao movimento, que contou com a participação de jornalistas que ocupavam postos intermediários na hierarquia das empresas, além de ter seduzido os mais jovens, sobretudo os diplomados, em torno dos pleitos por melhorias profissionais. Por outro lado, parte dos recém graduados contratados pelas empresas não quis manifestar resistência aos patrões, muitas vezes por receio de perder o emprego ou então pela ambição de fazer carreira nas empresas jornalísticas.

Silva (2007) identifica, ainda, uma parcela de influência ou envolvimento das escolas de comunicação e dos cursos de jornalismo nos movimentos grevistas daquele período. Tidas como espaços de veiculação ideológica com as esquerdas, as universidades, sobretudo os cursos das áreas humanas e sociais, eram alvo de constante vigilância por parte dos militares durante a ditadura. Assim, se a sensação geral era a de que o meio acadêmico apoiava as ações dos sindicalistas, não é de se espantar que *O Estado de S. Paulo* tenha considerado que a greve dos jornalistas de 1979 fora fruto de "conluio entre sindicato e escolas de comunicação" (SILVA, 2007, p.181).

Não há dúvidas, portanto, de que o contexto de fortalecimento sindical do final da década de 70 e início da de 80 encorajou o desenvolvimento de estratégias argumentativas fundadas sobre a questão da diferença de classe para defender ou atacar um ponto de vista. Nos anos posteriores, quando as discussões sobre o diploma emergiram seja por força da SIP, ou da Comissão de elaboração da nova Constituinte, ou dos confrontos entre sindicato de jornalistas e *Folha de S. Paulo*, a retórica classista foi agregada ao debate, promovendo

uma consequente associação valorativa que acabou por reduzir a multiplicidade de opiniões a dois principais polos. Na efervescência de ataques para desqualificar os oponentes, qualquer pessoa que se manifestasse contrária à exigência do diploma era retoricamente enquadrada como aliada dos patrões e conivente com a "desqualificação profissional", já que dispensar a formação acadêmica do jornalista passou a ser sinônimo, sob esse ponto de vista, de estratégia para explorar mão-de-obra mais barata. Já quem defendesse a obrigatoriedade era associado ideologicamente aos sindicalistas, estando sujeito a críticas que diziam que a defesa do diploma atendia a interesses meramente corporativistas, egoisticamente voltados para o bem da própria classe e não para a defesa de valores mais amplos para a sociedade, como supostamente deveriam agir os jornalistas.

Com base em pesquisa junto ao jornal sindical *Unidade*, Silva (2007) demonstra que, além de acreditarem que a formação acadêmica podia oferecer uma diferenciação qualitativa em relação àqueles que não passaram pela universidade, os sindicatos não-patronais viam nela um modo de preparar o jornalista para a luta contra os patrões:

> O jornalismo e o jornalista brasileiro se tornaram mais respeitados com a obrigatoriedade da escola e isso só não vê quem não quer. Antes se dizia que um sujeito, desde que fosse meio poeta e bebesse um pouco, dava pra ser jornalista. Vi uma estatística de antes da regulamentação em que registrava entre os sócios do Sindicato, 53% de jornalistas que só tinham o curso primário; uma certa porcentagem nem o primário tinha. Eu convivi na *Folha* com um jornalista quase analfabeto que não sabia escrever redação (...) Hoje não há nenhum jornalista que não tenha convivido numa universidade e que não tenha tido um par de anos de inglês, sociologia, história etc. Melhor preparado, tem mais força para reivindicar. (José Hamilton Ribeiro, *Unidade*, setembro de 1985, p. 6 apud SILVA, 2007, p.204)

O discurso das entidades sindicais de jornalistas buscava travar empatia junto aos corpos docente e discente das escolas de jornalismo ao valorizar o curso superior como forma de acesso à profissão em detrimento das imagens do jornalista como um escritor talentoso nato ou cujo dom fora aprimorado na convivência prática da redação e no compartilhar da vida boêmia com os colegas. Além disso, amparada pela história recente de fortalecimento das greves e reivindicações trabalhistas, essa fala dos sindicalistas exibe uma retórica que aponta a experiência universitária como força complementar para a suposta luta futura dos graduados versus patronato.

Os estudantes de jornalismo, não obstante também se mostrassem - como visto - muitas vezes desiludidos com o próprio curso e com o futuro profissional, apresentavam

uma tendência geral de se posicionarem favoravelmente à obrigatoriedade do seu diploma. Na edição de outubro de 1987 do *Phoca*, jornal-laboratório da UFRJ, a primeira página traz o seguinte texto: "manter o diploma foi uma vitória", remetendo à rejeição da proposta de Santayana na Comissão Constituinte.

Outrossim, vale lembrar que há diversos fragmentos em jornais laboratórios da época, como o da PUC-Rio e o da UFF, além do Boletim da ABI os quais mencionam o contínuo envolvimento de alunos nas campanhas em prol da qualidade do ensino superior de modo geral. E, de modo particular, esses pleitos acabaram associados à defesa da obrigatoriedade do diploma, congregados pelo argumento da busca pela qualidade da formação para a atuação no mercado de trabalho. Além disso, é possível notar que a incorporação da retórica classista e a oposição direta aos empresários de comunicação também fizeram parte do modo como o corpo discente se conectou com as discussões sobre a obrigatoriedade do diploma em meados da década de 80. O jornal laboratório da Universidade Federal Fluminense publicado em junho de 1986, por exemplo, exibe o seguinte depoimento em uma matéria:

> Xanda Ferreira, estudante da UFF: "a existência de uma categoria forte, que possa abalar as estruturas do poder dos meios de comunicação não interessa aos empresários, principalmente se ela provém de um meio universitário onde os jovens entram em contato com teorias esclarecedoras da realidade, como é o caso da teoria da Comunicação, que nenhuma empresa vai ensinar ao seu profissional. As empresas querem formar seus próprios empregados, que têm que ser bitolados e coniventes com seus interesses." (*Comunicação IACS*, "O que há por trás disso", junho de 1986, p.7)

A polifonia se revela pelas expressões típicas do âmbito sindical. Tais formas de expressão e conteúdos semânticos chegavam aos alunos por diversas vias, por exemplo, a ação direta dos sindicatos junto às escolas (esse mesmo jornal laboratório traz depoimento do presidente do sindicato no Rio de Janeiro, afirmando que a associação vai promover debates nas universidades) e, ainda, a influência de professores que tinham ligações mais estreitas com essas entidades. Interações dos estudantes em espaços extra-escolares, como os movimentos políticos também devem ser considerados espaços de reprodução da dita retórica da luta de classe.

Entre os opositores à exigência do diploma, identificados nesse momento com o grupo dos empresários de mídia, vigorava o argumento de que a restrição do acesso à profissão aos graduados constituía uma reivindicação puramente corporativista, como se as

entidades de representação dos jornalistas estivessem criando algum tipo de privilégio para os graduados nesse curso. A argumentação do jornalista e professor universitário Nilson Lage (1986) estabelece diálogo com o discurso com esses contornos e faz a seguinte contra-argumentação:

> Reserva de mercado quem tem são eles, os donos dos meios de comunicação, que monopolizam a informação pública de maneira absolutamente ilegítima e imoral, beneficiando-se de ditaduras e tiranias, criando um sistema cartorial de concessões por amizades e embolsando subsídios, como aquele que existe para as redes de televisão: o Governo paga 90% dos custos das transmissões das redes, via satélite ou micro-ondas. Privilégio é isso. Não a situação de um jovem que entra na faculdade por concurso, estuda quatro anos e depois disputa uma vaga de repórter no ultra competitivo mercado de trabalho das redações para ganhar menos de quatro mil cruzados[7]. (Nilson Lage, *Boletim ABI*, jul/ago 1986, p.6)

Bernardo Kucinski, outro jornalista que se dedicava, na época, ao ensino superior de jornalismo, também transparece seu incômodo em relação ao modo como a questão vinha sido associada ao patronato:

> Eu sou da opinião de que essa questão do diploma está sendo colocada de maneira desonesta, com segundas intenções, pelos proprietários dos grandes órgãos de imprensa. (...) Minha tese é de que isso não devia ser discutido por nós. (...) os donos de jornais jogaram essa discussão como jogam um pedaço de carne ao cachorro quando querem assaltar uma casa (entrevista de Bernardo Kucinski à *Revista Brasileira de Comunicação*, 1986, p.20).

É imprescindível esclarecer, contudo, que esse docente constituía uma espécie de desvio. Contrariando a tendência geral verificada no meio acadêmico, não concordava com a exigência do diploma:

> Eu estou vendo pelos currículos que as Escolas de Comunicação estão monopolizando a cabeça do aluno durante quatro ou cinco anos sem colocar lá dentro um conteúdo que precisaria para ele ser jornalista. (KUCINSKI, 1991, p.19)

Físico por formação e jornalista autodidata, Bernardo Kucinski teve, em sua trajetória pessoal, fatores não acadêmicos que o conduziram à profissão, o que certamente contribuiu para que desenvolvesse aquela opinião sobre o ensino de jornalismo. Sua perspectiva, portanto, não o tornava um porta-voz do ponto de vista da *Folha* ou de qualquer outro representante do empresariado, àquela altura vinculadamente contrário à

[7] O salário mínimo na época era Crz 804 (oitocentos e quatro cruzados), correspondentes a aproximadamente cinquenta e oito dólares.

obrigatoriedade. Todavia, a carreira de Kucinski e algumas experiências de vida como as dele serviam de modelos exemplares para que a *Folha* encontrasse neles um dos seus argumentos para atacar a exigência legal do diploma, conforme se vê nas expressões de Carlos Eduardo Lins da Silva:

> O fato de algumas pessoas com grande pendor para o jornalismo, bom nível intelectual, boa formação acadêmica não poderem ser aproveitadas para preencher lacunas que os formandos em jornalismo se mostravam incapazes de ocupar foi um dos motivos para a tomada de posição editorial contra a obrigatoriedade do diploma. (SILVA, 2005, p.200)

A defesa da contratação de graduados em outras áreas constituiu-se como um argumento muito importante, que, de um lado, representava uma espécie de diálogo tenso com os sindicatos de jornalista (acusados de corporativistas) e que, de outro, enfatizava as eventuais perdas em termos qualitativos para o jornalismo diante da ausência da obrigatoriedade do diploma. Ao manifestar sua posição de descrença em relação ao curso superior específico, a *Folha* de maneira alguma pretendia soar como um espaço aberto a analfabetos e desqualificados, sob pena de macular a sua própria credibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É interessante perceber o tipo de instabilidade gerada por situações desse tipo. Por mais turbulenta que pareça, não pode ser vista como uma ferida mortal à existência do jornalismo. Mesmo que se observem tensões naquele espaço e entre os atores que ali transitam, não se detectam movimentos de agentes individuais com o intuito de fazer ruir parâmetros cruciais compartilhados de modo abrangente e hegemônico (Gramsci) pela coletividade. Os conflitos observados remetem a objetivos que estão mais voltados a reorganizações hierárquicas e espaciais, enfim, jogos de poder em geral, e não a dissolver aquilo que Bourdieu (1996) chama de *illusio*, que permeia tudo isso. Ora, quando atores de peso dentro de um campo deixam de obedecer a regras do jogo, quando param de se comprometer com as crenças ali partilhadas, quando questionam lógicas intrínsecas de funcionamento e de adesão àquele modo de organização, o que está em xeque é a própria constituição do campo, sua validade funcional e moral. Por conseguinte, admitir ou sequer sugerir que era possível aceitar "qualquer pessoa" no jornalismo significava ir de encontro a todo um arcabouço em que se ancora a relevância social do jornalismo e dos jornalistas.

Por esses motivos é que se nota que tanto nos discursos dos que condenavam a obrigatoriedade quanto dos que a desejavam, transparece a imagem de uma profissão intelectualmente exigente, que demanda cultura e também saberes técnicos. As imagens da boemia e do improviso estavam, nessa época, turvadas – ou talvez até menosprezadas – perante um modelo de profissionalismo construído sobre as bases do ideal da objetividade e do afirmado compromisso com a verdade e com o leitor. Além disso, o momento político-social da década de 1980, que incluía, num plano geral, os processos para a redemocratização e, numa perspectiva focada, o crescente desenvolvimento do meio acadêmico de Comunicação, viu-se preenchido por um retomar do debate acerca da obrigatoriedade do diploma, o qual, como visto, passou a ser marcado pela retórica derivada do antagonismo de classes. Nesse sentido, um conflito foi instaurado sem qualquer tentativa de questionamento da *illusio*, isto é, das regras implícitas e do sistema de crenças que, neste caso, confere relevância social à atividade jornalística. Tal disputa abarcou duas principais correntes opinativas (havia outras posições minoritárias e com seus respectivos refinamentos contextuais, vale lembrar, mas foram essas majoritárias que se sobressaíram): uma que enxergava que a formação específica em jornalismo oferecia a capacitação cultural suficiente e necessária para a atuação no jornalismo e outra que não. Mas isso não era tão banal. Pelo contrário, era de uma radicalidade potencial, a qual, associada à força catalisadora da retórica de classe daquele momento, foi capaz de criar polos opostos nos moldes da discussão.

Como visto, os debates acerca da temática do diploma na década de 1980, engatilhados pelo posicionamento ideológico de uma disputa polarizada, expandiram-se para dentro da universidade, mantendo, em grande medida, aqueles mesmos contornos. As discussões vivenciadas por estudantes, professores e pesquisadores vinculados ao ensino de jornalismo e comunicação, nessa época, estiveram ainda bastante a reboque das lut'as entre entidades de classe e empresários de comunicação. Mas é bom lembrar a instância acadêmica envolvida com tais esferas de conhecimento ia se desenvolvendo, com suas movimentações políticas, suas discussões teóricas e com a pesquisa. Nesse sentido, o acompanhamento da polêmica sobre diploma de jornalista no Brasil a partir da década de 1980 precisa considerar os processos de polarização patrão versus empregados, mas também deve levar em conta os processos inerentes ao meio acadêmico que tiveram – e continuam a ter – impacto sobre a construção da identidade jornalística.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. "É possível um ato desinteressado?" In: _. **Razões Práticas sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

DINES, Alberto. A cruzada contra do diploma. **Revista Brasileira de Comunicação**. n. 55, São Paulo, 1986, p.120-122.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionarios**. São Paulo: Edusp, 1991.

MARQUES DE MELO, José. (coord). **Pesquisa em Comunicação no Brasil**: tendências e perspectivas. São Paulo: Cortez: Intercom; / Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Mil dias**: seis mil dias depois. São Paulo: Publifolha, 2005.

SILVA, Marco Roxo da. **Jornalistas, pra quê?** Militância Sindical e o Drama da Identidade Profissional. Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007

Periódicos:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Boletim ABI*. Edição mar/abr 1986.

Jornal Escola da Universidade Federal Fluminense: *Comunicação IACS* ano VI, n. 11, 1º semestre de 1984

Jornal laboratório da Universidade Federal do Rio de Janeiro: *Phoca.* Edição outubro, 1987